



Santa Casa da Misericórdia de

TABUAÇO

CONTAS DE GERÊNCIA 2024



Santa Casa da Misericórdia de
TABUAÇO

Moeda: EUR

Demonstração individual de fluxos de caixa período findo em 31 de dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		481 849,81	504 249,45
Recebimentos de subvenções		680 468,56	535 878,75
Pagamentos a fornecedores		-621 091,17	-404 194,66
Pagamentos ao pessoal		-898 103,02	-722 564,10
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		-356 875,82	-86 630,56
Outros recebimentos/pagamentos		-26 961,59	11 943,14
<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>		-383 837,41	-74 687,42
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-347 500,62	-10 969,37
Investimentos financeiros		-500,00	
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		350 000,00	
Subsídios de investimento		333 580,84	
Juros e rendimentos similares		8 673,42	511,87
<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>		344 253,64	-10 457,50
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios e doações		120 724,22	126 119,68
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>		120 724,22	126 119,68
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		81 140,45	40 974,76
Caixa e seus equivalentes no início do período		345 468,60	304 493,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período		426 609,05	345 468,60

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luís Leite
C C n.º 39242



Santa Casa da Misericórdia de
TABUAÇO

Moeda: EUR

Balanço individual em 31-12-2024

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 176 763,29	545 883,10
Investimentos financeiros	6.1	9 905,53	9 591,60
		1 186 668,82	555 474,70
Ativo corrente			
Inventários	7	4 838,68	5 966,92
Créditos a receber	13.1	132 741,85	123 136,88
Estado e outros entes públicos	13.2	38 939,80	1 894,93
Outros ativos correntes	13.1; 13.3; 13.4	343 663,03	41 104,52
Diferimentos	13.5	69 922,81	127 865,83
Caixa e depósitos bancários	4	426 609,05	345 468,60
		1 016 715,22	645 437,68
Total do ativo		2 203 384,04	1 200 912,38
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	10.1	912 976,82	912 976,82
Resultados transitados	10.1	59 250,36	105 333,02
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	10.1	592 856,00	
		1 565 083,18	1 018 309,84
Resultado líquido do período	10.1	278 643,09	-46 082,66
Total do Fundo Patrimonial		1 843 726,27	972 227,18
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	13.1	43 966,18	50 158,40
Estado e outros entes públicos	13.2	53 311,07	16 068,35
Diferimentos	13.5	18 401,34	31 546,51
Outros passivos correntes	13.1; 13.3; 13.4	243 979,18	130 911,94
		359 657,77	228 685,20
Total do passivo		359 657,77	228 685,20
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 203 384,04	1 200 912,38

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luís Leite
CC n.º 39242



Santa Casa da Misericórdia de
TABUAÇO

Moeda: EUR

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31-12-2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	8	1 093 122,25	491 699,42
Subsídios, doações e legados à exploração	9	156 564,55	649 160,89
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-93 500,50	-144 457,49
Fornecimentos e serviços externos	13.6	-230 805,24	-221 736,43
Gastos com o pessoal	11	-930 068,22	-788 170,05
Aumentos/reduções de justo valor	6.1	-186,07	519,88
Outros rendimentos	13.8	320 183,55	73 073,77
Outros gastos	13.7	-9 648,24	-69 047,93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		305 662,08	-8 957,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-36 735,33	-37 124,72
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		268 926,75	-46 082,66
Juros e rendimentos similares obtidos	8; 13.8	9 716,34	
Resultado antes de impostos		278 643,09	-46 082,66
Resultado líquido do período		278 643,09	-46 082,66

A Entidade

[Handwritten signatures and stamps of the entity]
Mónica Amâncio

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature of Luís Leite]
Luís Leite
CC n.º 39242



ANEXO
(Período 2024)

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'f', 'L', 'Mário', and a large 'F' at the bottom.]

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Irmandade Santa Casa Misericórdia de Nossa Senhora Conceição Tabuaço

NIPC 501 537 864

1.2 – Sede

Rua Rainha D. Leonor- Ratinho

5120-371 Tabuaço

1.3 – Natureza da atividade

A Irmandade Santa Casa Misericórdia de Nossa Senhora Conceição Tabuaço é uma instituição sem fins lucrativos, que tem como atividades o apoio social para pessoas idosas, com alojamento (CAE 87301) e sem alojamento (CAE 88101) e atividades de cuidados para crianças, sem alojamento (CAE 88910).

Desenvolve, como atividades acessórias, viticultura (CAE 01210) e arrendamento de bens imobiliários (CAE 68200).

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso nº 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a



f

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Neste sentido, destacamos a contabilização das comparticipações mensais pagas pelo Instituto da Segurança Social para as diversas respostas sociais, que pela Circular emanada do Instituto da Segurança Social, passam a ser contabilizadas como rédito (anteriormente contabilizadas como subsídios à exploração). Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade. As



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensuradas ao modelo de revalorização.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	6 a 16
Equipamento de transporte	8
Equipamento administrativo	6
Equipamentos biológicos	20 a 40
Outros activos fixos tangíveis	20 a 40

Os terrenos não são depreciados.



Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos para os programas de computador.

3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word "Mor" and a large "L".

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.



f

Monte

Al

T

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.

3.1.2.8 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.9 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.



Mosor
[Handwritten signatures]

3.1.2.10 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.11 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano 2025.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2024 ocorreram alterações das políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo, no que diz respeito à contabilização do valor das participações mensais pagas pelo Instituto da Segurança Social para as diversas respostas sociais que passam a ser contabilizados no rédito (anteriormente contabilizadas em subsídios à exploração).

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4 – Fluxos de Caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2024	2023
Caixa	411,77	693,73
Depósitos à ordem	76 197,28	130 699,48
Depósitos a prazo	350 000,00	214 075,39
Total	426 609,05	345 468,60

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho.

5 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2022	Adições	Alienações /abates	2023	Adições	Alienações /abates	2024
Terrenos e rec. naturais	78 683,43			78 683,43	31 740,00	-3 863,75	106 559,68
Edifícios e outras construções	2 220 874,51	5 807,20		2 226 681,71		-106 898,33	2 119 783,38
Equipamento básico	282 875,24	3 438,45		286 313,69			286 313,69
Equipamento de transporte	37 755,96			37 755,96			37 755,96
Equipamento administrativo	15 512,65	4 520,10		20 032,75	244,30		20 277,05
Equipamentos biológicos	14 463,80			14 463,80			14 463,80
Outros ativos fixos tangíveis	10 578,28			10 578,28			10 578,28
AFT em curso		6 238,00		6 238,00	786 846,51	-63 808,77	729 275,74
Sub-total	2 660 743,87	20 003,75		2 680 747,62	818 830,81	-174 570,85	3 325 007,58
Depreciações e perdas por imparidade	2022	Adições	Alienações /abates	2023	Adições	Alienações /abates	2024
Edifícios e outras construções	1 799 513,33	28 989,85		1 828 503,18	28 102,90	-23 355,56	1 833 250,52
Equipamento básico	261 224,08	2 391,21		263 615,29	2 293,10		265 908,39
Equipamento de transporte	12 261,63	4 250,00		16 511,63	4 250,00		20 761,63
Equipamento administrativo	13 192,55	575,13		13 767,68	1 170,80		14 938,48
Equipamentos biológicos	6 245,40	598,72		6 844,12	598,72		7 442,84
Outros ativos fixos tangíveis	5 302,81	319,81		5 622,62	319,81		5 942,43
Sub-total	2 097 739,80	37 124,72		2 134 864,52	36 735,33	-23 355,56	2 148 244,29
Quantias líquidas escrituradas	563 004,07	-17 120,97		545 883,10	782 095,48	-151 215,29	1 176 763,29

6 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

6.1

Entidades	2022	Aumentos	Diminuições	2023	Aumentos	Diminuições	2024
Fundo compensação trabalho	9 382,74	121,36		9 504,10		186,07	9 318,03
Cooptab - Cooperativa Agrícola de Tabuaço, CRL		87,50		87,50			87,50
CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL					500,00		500,00
Total	9 382,74	208,86		9 591,60	500,00	186,07	9 905,53

6.2 – As demonstrações financeiras devem divulgar e refletir quaisquer aumentos/reduções de justo valor:

Entidades	2024		2023	
	Aumentos	Diminuições	Aumentos	Diminuições
Fundo compensação trabalho		-186,07	519,88	
Total		-186,07	519,88	
Aumento/reduções de justo valor		-186,07	519,88	



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

7 – Inventários

Ver ponto 3.1.2.5 na nota 3 deste anexo

7.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2024	2023
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4 838,68	5 966,92
Total	4 838,68	5 966,92

c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2024			2023		
	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total
Inventários no começo do período		5 966,92	5 966,92		17 325,23	17 325,23
Compras	256,60	92 115,66	92 372,26	4 787,74	136 574,79	141 362,53
Regularizações					-8 263,35	-8 263,35
Inventários no fim do período		4 838,68	4 838,68		5 966,92	5 966,92
CMVMC	256,60	93 243,90	93 500,50	4 787,74	139 669,75	144 457,49

8 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2024	2023
Venda de bens	272,00	12 057,47
Prestação de serviços	1 092 850,25	479 641,95
Juros	9 716,34	
Total	1 102 838,59	491 699,42



[Handwritten signatures and initials]

De acordo com a circular emanada do Instituto da Segurança Social, os valores das comparticipações mensais pagas para as diversas respostas sociais passam a ser contabilizados no rédito (anteriormente contabilizadas em subsídios à exploração).

9 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

9.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2024	2023
Instituto Segurança Social	28 034,64	523 012,36
POAPMC	2 039,39	4 222,54
IFAP	791,08	1 045,69
IEFP	64 643,68	34 964,95
Autarquias	61 055,76	85 915,35
Total	156 564,55	649 160,89

De acordo com a circular emanada do Instituto da Segurança Social, os valores das comparticipações mensais pagas para as diversas respostas sociais passam a ser contabilizados no rédito (anteriormente contabilizadas em subsídios à exploração).

10 – Instrumentos financeiros

10.1 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos fundos patrimoniais	2022	Aumentos	Reduções	2023	Aumentos	Reduções	2024
Fundos líquidos	912 976,82			912 976,82			912 976,82
Reservas legais	66 606,59		-66 606,59				
Resultados transitados	30 676,38	74 656,64		105 333,02		-46 082,66	59 250,36
Outras variações no fundo patrimonial					592 856,00		592 856,00
Resultado líquido	8 050,05	-46 082,66	-8 050,05	-46 082,66	278 643,09	46 082,66	278 643,09
Total	1 018 309,84	28 573,98	-74 656,64	972 227,18	871 499,09		1 843 726,27



[Handwritten signature and date 11/09/25]

11 – Benefícios dos funcionários

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

11.1 – Número médio de funcionários:

O número médio de funcionários durante o ano de 2024 foi de 61.

Gastos com pessoal	2024	2023
Funcionários:	906 998,42	771 449,14
Remunerações	757 948,62	643 298,33
Encargos seg. social	149 049,80	128 150,81
Seguros	15 611,48	12 723,17
Outros	7 458,32	3 997,74
Total	930 068,22	788 170,05

11.2 – Órgãos Sociais

Os membros dos órgãos da administração não recebem qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados.

Em 2024 e atualmente, a Mesa Administrativa é constituída por cinco elementos efetivos e três suplentes e o Conselho Fiscal por três elementos efetivos e três suplentes.

11.3 – Número médio de voluntários

Não existem

12 – Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1 – Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210.º do código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Mesa Administrativa informa que a situação da entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

12.2 – A Mesa Administrativa informa que a entidade não apresenta dívidas ao Estado em mora.

12.3 – A 31 de dezembro de 2024 não existiam salários em dívida aos funcionários.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

13 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 – Clientes, utentes, fornecedores, fundadores e instituidores

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2024			2023		
Clientes	132 741,85		132 741,85	123 136,88		123 136,88
Outros créditos a receber	343 663,03		343 663,03	41 104,52		41 104,52
Total	476 404,88		476 404,88	164 241,40		164 241,40
Passivos	2024			2023		
Fornecedores	43 966,18		43 966,18	50 158,40		50 158,40
Fornecedores de investimentos	43 160,70		43 160,70	2 596,00		2 596,00
Outras dívidas a pagar	200 818,48		200 818,48	128 315,94		128 315,94
Total	287 945,36		287 945,36	181 070,34		181 070,34

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica “Clientes/Utentes” no balanço passou a designar-se “Créditos a Receber”.

13.2 – Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	2024	2023
Ativo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	1 014,11	170,63
EOEP - IVA	37 925,69	1 724,30
Total	38 939,80	1 894,93
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	1 609,00	2 674,76
EOEP - IVA	33 659,76	
EOEP - Instituto Segurança Social	18 042,31	13 393,59
Total	53 311,07	16 068,35



PL
Handwritten signatures and initials in blue ink.

13.3 – Outros ativos/passivos correntes

Outras contas a receber/pagar	2024	2023
Ativo - outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos	31 078,51	14 425,37
IEFP	51 608,27	25 104,81
Adiantamento ao pessoal		377,74
Saldos devedores de fornecedores	1 241,84	1 196,60
PARES 3G/2023 - Projeto 63801	259 275,16	
Vencimentos	459,25	
Total	343 663,03	41 104,52
Passivo - outros passivos correntes		
Credores por acréscimos de gastos	131 188,47	119 492,90
Fornecedores de investimento	43 160,70	2 596,00
Despesas utentes		441,40
Cofre utentes	14 710,18	8 165,72
Pessoal		140,92
Município de Tabuaço (água)	11 225,93	
Conpari Lda - Garantia da obra PARES	20 234,38	
Penhoras de vencimento	39,60	
Clientes saldos credores	23 419,92	
Outros		75,00
Total	243 979,18	130 911,94

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.

13.4 – Devedores e credores por acréscimos

Acréscimos	2024	2023
Ativo - acréscimos de rendimentos		
Saldo utentes	23 217,41	
Município de Tabuaço	7 861,10	
Subsídios à exploração		14 425,37
Total	31 078,51	14 425,37
Passivo - acréscimos de gastos		
Férias e sub. férias a liquidar	125 929,76	116 116,52
Eletricidade, água, comunicação a liquidar	5 258,71	3 376,38
Total	131 188,47	119 492,90



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

13.5 – Diferimentos

Diferimentos	2024	2023
Ativo - Gastos a reconhecer		
Trabalhos especializados	1 697,60	753,58
Material de escritório	87,44	
Rendas	200,60	242,65
Seguros	1 405,86	2 133,91
Limpeza, higiene e conforto	3 841,52	8 272,10
Adiantamento para aquisição de imóveis	60 347,63	116 463,59
Encargos de saúde utentes	1 256,36	
Fraldas	1 085,80	
Total	69 922,81	127 865,83
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração - IEPF	18 401,34	22 318,27
Subsídios à exploração - Acordos SS		9 228,24
Total	18 401,34	31 546,51



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

13.6 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2024	2023
Subcontratos		661,66
Trabalhos especializados	21 468,17	10 420,50
Publicidade e propaganda	15,00	
Vigilância e segurança	5 761,36	3 974,58
Honorários	18 144,18	20 457,52
Conservação e reparação-edifícios o. const.	7 910,93	8 953,28
Conservação e reparação-eq. Básico	5 290,52	7 519,47
Conservação e reparação-eq. transporte		122,87
Serviços bancários	592,78	274,42
Ferramentas e utensílios	2 971,78	4 381,27
Material de escritório	3 309,48	2 132,64
Encargos de saúde utentes	3 267,86	4 168,62
Fraldas	16 924,64	16 824,80
Eletricidade	37 753,89	31 123,07
Combustíveis	47 638,47	52 597,27
Água	5 413,57	5 812,36
Deslocações e estadas	25,56	120,00
Rendas e alugueres	3 383,96	2 978,19
Comunicação	4 286,84	4 168,45
Seguros	1 746,51	1 218,26
Contencioso e notariado	1 782,75	4 928,10
Despesas de representação	40,00	390,65
Limpeza, higiene e conforto	39 968,53	36 485,21
Outros FSE	3 108,46	2 023,24
Total	230 805,24	221 736,43

13.7 – Outros gastos

Outros Gastos	2024	2023
Imposto de selo	35,00	
Taxas	198,00	248,18
Correções de períodos anteriores	8 744,40	66 099,52
Quotizações	480,00	480,00
Multas e penalidades	135,84	715,39
Outros	55,00	1 504,84
Total	9 648,24	69 047,93



13.8 – Outros rendimentos

Outros rendimentos	2024	2023
Rendas e outros rendimentos	1 500,00	2 000,00
Alienação de ativos tangíveis	263 093,48	
Correções de períodos anteriores	47 328,34	33 139,69
Comparticipações funerárias		236,37
Reposição do subsídio refeição em espécie		27 565,94
Donativos	8 261,73	9 368,81
Juros obtidos de depósitos bancários	9 716,34	
Outros		762,96
Total	329 899,89	73 073,77

13.10 – Acontecimentos após data de balanço

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2024 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 278.643,09€ para resultados transitados.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Tabuaço, 27 de fevereiro de 2025

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

Luís Leite

CC n.º 39242



Santa Casa da Misericórdia de
TABUAÇO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

(Exercício de 2024)

Ex.mos Irmãos

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à **Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Nossa Senhora Conceição Tabuaço** relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1 – APRECIACÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2024, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 278.643,09€, o qual demonstra os esforços para equilibrar a situação financeira da Instituição e uma gestão cuidada, cumprindo sempre as leis e regulamentos aplicáveis, tendo sempre presente que, uma adequada estrutura organizacional conduz a uma segurança razoável na consecução dos objetivos, na eficácia e eficiência das operações e na fiabilidade do relato financeiro.

2 – EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

(Análise prestações de serviços relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução do valor bruto da produção

	2024	2023	Incremento na produção	
			Valor	%
Vendas líquidas	272,00	12 057,47	-11 785,47	-97,74%
Valor bruto da produção	272,00	12 057,47	-11 785,47	-97,74%

Evolução das prestações de serviços

	2024	2023	Incremento no V. Negócios	
			Valor	%
Prestação de serviços	1 092 850,25	479 641,95	613 208,30	127,85%
Volume de negócios	1 092 850,25	479 641,95	613 208,30	127,85%



[Handwritten signatures and initials]

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)

Quadro da evolução dos gastos

	2024	2023	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	93 500,50	144 457,49	-50 956,99	-35,27%
FSE	230 805,24	221 736,43	9 068,81	4,09%
Subcontratos		661,66	-661,66	-100,00%
Trabalhos especializados	21 468,17	10 420,50	11 047,67	106,02%
Publicidade e propaganda	15,00		15,00	
Honorários	18 144,18	20 457,52	-2 313,34	-11,31%
Conservação e reparação	13 201,45	16 595,62	-3 394,17	-20,45%
Ferramentas e utensílios	2 971,78	4 381,27	-1 409,49	-32,17%
Artigos para oferta	673,93		673,93	
Electricidade	37 753,89	31 123,07	6 630,82	21,31%
Combustíveis	47 638,47	52 597,27	-4 958,80	-9,43%
Deslocações e estadas	25,56	120,00	-94,44	-78,70%
Comunicação	4 286,84	4 168,45	118,39	2,84%
Despesas de representação	40,00	390,65	-350,65	-89,76%
Outros	84 585,97	80 820,42	3 765,55	4,66%
Gastos com pessoal	930 068,22	788 170,05	141 898,17	18,00%
Aumentos/reduções de justo valor	186,07		186,07	
Depreciações e amortizações	36 735,33	37 124,72	-389,39	-1,05%
Outros gastos e perdas	9 648,24	69 047,93	-59 399,69	-86,03%
Total dos gastos e perdas	1 300 943,60	1 260 536,62	40 406,98	3,21%

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2024 a 1.249.414,80€ (1.128.802,84€ em 2023).

Evolução dos rendimentos



Santa Casa da Misericórdia de

TABUAÇO

	2024	2023	Incremento	
			Valor	%
Vendas	272,00	12 057,47	-11 785,47	-97,74%
Prestação de serviços	1 092 850,25	479 641,95	613 208,30	127,85%
Subsídios à exploração	156 564,55	649 160,89	-492 596,34	-75,88%
Ganhos por aumentos de justo valor		519,88	-519,88	-100,00%
Outros rendimentos	320 183,55	73 073,77	247 109,78	338,16%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	9 716,34		9 716,34	
Total dos rendimentos	1 579 586,69	1 214 453,96	365 132,73	30,07%

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro das adições de ativos fixos tangíveis

	2024	2023	Incremento	
			Valor	%
Terrenos	31 740,00		31 740,00	
Edifícios		5 807,20	-5 807,20	-100,00%
Equipamento básico		3 438,45	-3 438,45	-100,00%
Equipamento administrativo	244,30	4 520,10	-4 275,80	-94,60%
AFT em curso	723 037,74	6 238,00	716 799,74	11490,86%
Total	755 022,04	20 003,75	735 018,29	3674,40%

Quadro de valores brutos de ativos fixos tangíveis

	2024	2023	Incremento	
			Valor	%
Terrenos	106 559,68	78 683,43	27 876,25	35,43%
Edifícios	2 119 783,38	2 226 681,71	-106 898,33	-4,80%
Equipamento básico	286 313,69	286 313,69		
Equipamento de transporte	37 755,96	37 755,96		
Equipamento administrativo	20 277,05	20 032,75	244,30	1,22%
Equipamentos biológicos	14 463,80	14 463,80		
Outros ativos fixos tangíveis	10 578,28	10 578,28		
AFT em curso	729 275,74	6 238,00	723 037,74	11590,86%
Total	3 325 007,58	2 680 747,62	644 259,96	24,03%

6 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes, Estado e outros ativos correntes e irmãos (quotas), ascendem a 515.344,68€ (166.136,33€ em 2023).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 341.256,43€ (197.138,69€ em 2023).



[Handwritten signatures and initials]

7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se considera terem existido, após o termo do exercício e até à presente data, factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

8 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Mesa Administrativa em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

10 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.



11 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

Não existem situações previsíveis de colocar em causa a continuidade da entidade, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024.

12 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2024 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 278.643,09€ para Resultados Transitados.

13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Tabuaço, 27 de fevereiro de 2025

A Mesa Administrativa

